

# A chegada d



# as picaretas

TIAGO CARRASCO

**Série** A febre do petróleo branco (II) O Governo anunciou há três anos um concurso para a prospecção e exploração de lítio. Ainda não arrancou. Complicações com a nova lei mineira têm ditado a estagnação da estratégia nacional. No entanto, no Barroso e na Argemela três empresas adiantaram-se e fizeram os primeiros furos de pesquisa na tentativa de inaugurar as primeiras minas. Uma corrida ao lítio repleta de polémicas e de suspeitas

Por **Tiago Carrasco**

**E**m 2016, Alexandre Lima, geólogo e professor da Universidade do Porto, começou a receber telefonemas de empresas mineiras da Austrália e do Canadá interessadas no lítio português. Apesar de alguma surpresa por tão voraz apetite, havia fortes razões para isso: o país tinha já várias reservas geológicas identificadas e uma fatia significativa de energia produzida por fontes renováveis, condições determinantes para ser visto como um potencial pioneiro da transição energética para a electrificação.

Desta vez, ao contrário do que acontecera com o carvão, o gás ou o petróleo, Portugal podia não ficar dependente de importações. Estava na vanguarda: tinha projectos de investigação comunitários sobre lítio a decorrer, como o Fame, e era o único país europeu a exportar este metal. O Governo apressou-se a anunciar a aposta numa nova indústria. E os astros estavam alinhados – nesse ano, aumentou a procura global por esta matéria-prima, cuja oferta ainda era escassa, e os preços dispararam. “A Direcção-Geral de Energia e Geologia (DGE) recebeu logo mais de 30 pedidos de licenças de prospecção”, diz Lima.

Para uma corrida sem precedentes a este minério, tornou-se necessária uma estratégia para evitar a exploração descontrolada. Assim, o Ministério do Ambiente e da Acção Climática (MAAC) encomendou a um grupo de académicos um relatório detalhado sobre os recursos de lítio existentes em Portugal. O

relatório do Grupo de Trabalho Lítio, divulgado em Março de 2017, identificou nove áreas geográficas com ocorrências de mineralizações de lítio no Norte e no Centro do país: “A primeira fase de prospecção foi atrasada pelo Governo porque se entendeu que não se devia avaliar os pedidos caso a caso, mas sim fazer um leilão”, analisa Lima. “E esse leilão foi anunciado numa feira internacional, o PIDAC, em Toronto, em Março de 2018. Ora, ainda não houve leilão nenhum. Não acho que nos estejamos a precipitar quanto à oportunidade do lítio. Estamos claramente a atrasar-nos porque não se pode anunciar uma coisa em 2018 e, volvidos três anos, não acontecer nada.”

Na Rua de O Século, em Lisboa, sede do ministério, a perspectiva foi diferente: a Lei das Minas existente não se adequava aos desafios do novo século, pelo que o leilão teria de esperar por uma alteração legislativa. “Estamos a preparar a nossa indústria extractiva para estar alinhada com os objectivos de descarbonização e com o pacto ecológico europeu”, diz ao PÚBLICO João Galamba, secretário de Estado Adjunto e da Energia. “Se a Europa desistir dos seus planos, ficamos com as calças na mão. Não temos é nenhuma indicação de que a Europa vá refrear estas apostas. Estamos convencidos de que temos perdido este tempo a adaptar a nossa legislação e a garantir que o concurso seja lançado com estes princípios. Não é um atraso, é o oposto, é a capacitação desta área em Portugal para estar adaptada aos objectivos estratégicos da Europa.”

## Um buraco aberto

A União Europeia (EU), que perdeu 17% das suas minas nos últimos 20 anos, quer voltar ao sector com regras diferentes das usadas na Ásia, em África ou na América do Sul: um sector mineiro que respeite o ambiente, que pague bem aos trabalhadores e que deixe nas zonas de extracção capital e infra-estruturas. “Enquanto não houver indústria extractiva a sério na Europa, todas as minas serão como no Congo e na Bolívia. E como o Governo não é hipócrita e sabe que os impactes ambientais são os mesmos, aqui ou no Congo, temos obrigação de ser ambientalistas até ao fim e de criar condições para que surja uma indústria sustentável na Europa”, diz Galamba. “No Congo e em países em que não há regras é que é normal que venham umas empresas explorar selvaticamente e depois não deixem lá nada. Nós queremos que se crie emprego, que os encargos de exploração beneficiem as populações e que as empresas assegurem o correcto encerramento da mina, para que não venham explorar lítio durante 20 ou 30 anos para depois se irem embora com um buraco aberto e as populações sem nada”.

Em 2019, ano de muita polémica no dossier lítio, as preocupações do Governo foram reforçadas pelos 22 pedidos de prospecção da poderosa empresa mineira australiana Fortescue. “Estamos interessados em oportunidades globais para *commodities* que apoiem a descarbonização e a electrificação do sector dos



transportes, incluindo a prospeção de lítio em Portugal”, diz Elisabeth Gaines, CEO da Fortescue.

A movimentação da Fortescue não passou despercebida. Os requerimentos maciços da empresa totalizaram 6248 quilómetros quadrados e situaram-se nas imediações das zonas já identificadas como tendo lítio, englobando inclusivamente áreas urbanas de Braga. “A Fortescue sabia que teria poucas hipóteses no concurso, porque lhe falta a componente de transformação, e tentou antecipar-se ao fazer aqueles pedidos”, diz um ex-membro do Governo. “Mas o efeito foi nefasto. A contestação, que estava circunscrita a meia dúzia de focos, alastrou-se às populações urbanas e o Governo, pressionado, decidiu adiar o concurso para tirar o lítio da agenda mediática”. O descontentamento foi tal que a Fortescue teve de retirar um dos seus pedidos no Minho. “Participámos em consultas públicas e revimos e alterámos algumas das nossas candidaturas iniciais de exploração”, diz Gaines.

Por seu lado, a DGEG congelou a apreciação dos pedidos. Até que, a 14 de Outubro de 2020, a tão esperada Lei de Bases dos Recursos Geológicos foi aprovada em Conselho de Ministros. O documento contempla três eixos fundamentais para a actividade extractiva: “O cumprimento dos mais exigentes padrões de sustentabilidade ambiental”; “o reforço da informação e da participação pública e das autarquias locais”; “uma repartição justa dos benefícios económicos da actividade entre o Estado, os municípios onde se inserem as explorações e as suas populações”. Prevê, entre outras coisas, o poder de veto das autarquias nos pedidos de concessão para prospeção e pesquisa (em situações que não contrariem a estratégia nacional) e a recuperação ambiental da área afectada ao longo de período de extracção.

### Uma lei enguiçada

Julgava-se, então, que o procedimento concursal estava pronto para arrancar. Puro engano. O documento não satisfaz as expectativas dos principais órgãos de pressão – movimentos contra as minas, partidos políticos como Os Verdes e o Bloco de Esquerda (BE) e associações ambientalistas como a Zero, que, entre dezenas de pontos, criticaram a ausência de salvaguarda de áreas classificadas e protegidas.

Ganharam fôlego as exigências de uma análise rigorosa do património ambiental e da biodiversidade das áreas previstas para o concurso. “O lítio é uma oportunidade que nós achamos que deve ser agarrada. Mas temos de encontrar um equilíbrio entre a efectiva necessidade do lítio para a descarbonização e até onde é razoável ir em termos dos locais que vão ser explorados e isso só se faz com participação, transparência e visão estratégica, que não têm acontecido”, dizia Francisco Ferreira, presidente da Zero, aquando da publicação da lei. “Nós defendemos várias vezes que a exploração de lítio e de outros metais devia fazer parte de uma avaliação ambiental estratégica”. De facto, o estudo do Grupo de Trabalho Lítio não contemplou parâmetros de conservação: “Seria extremamente difícil que o grupo de trabalho nomeado conseguisse, no prazo de três meses, considerar também o factor ambiental, o



“*Não acho que nos estejamos a precipitar quanto à oportunidade do lítio. Estamos, claramente, a atrasar-nos*”  
Alexandre Lima,  
geólogo

qual exigiria um estudo com valências muito mais complexas e envolvendo várias áreas”, afirma Mário Machado Leite, da direcção do Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG).

Assim, a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) avançou mesmo, inscrita na aprovação final do último Orçamento do Estado, por iniciativa da bancada do partido Os Verdes e da deputada independente Joacine Katar Moreira. Galamba mandou a DGEG para tomar as diligências necessárias, mas o prazo previsto, 2 de Abril de 2021, foi novamente ultrapassado e a sua conclusão prolongada para Novembro.

Ao mesmo tempo, a Lei das Minas só entrou em vigor em Maio, após promulgação do Presidente da República. Fonte do MAAC disse ao PÚBLICO que o novo adiamento se explica “tanto pelo atraso na promulgação do novo regime jurídico” como “pelas dificuldades acrescidas que o período de confinamento trouxe ao desenvolvimento dos trabalhos”. Em Junho, foi o BE a apresentar um pedido de apreciação parlamentar à nova lei, com a sua líder, Catarina Martins, a acusar o ministro do

Ambiente de “ser mais rápido a defender negócios” do que os recursos naturais. A nova lei continua enguiçada.

Certo é que todos estes atrasos e indecisões podem deitar a perder a estratégia para o lítio do Governo. Marcelo Rebelo de Sousa, que dias antes tinha promulgado a lei, afirmou, numa visita ao Alto Minho, que via com dificuldade a abertura de uma mina ali ou em qualquer outra zona do país: “Há uma lei de 2015 que demorou imenso tempo a regulamentar. A regulamentação, para fazer um equilíbrio, tornou o processo tão complexo que a sua própria aplicação é muito complexa. Significa que o decreto-lei que dá execução à lei torna mais complicado o processo para todo o território continental”, afirmou o Presidente.

Uma notícia que desespera empresários e geólogos: “Será agora, em Novembro de 2021, e já não no terceiro trimestre de 2021, como anunciaram no ano passado? Enfim, Portugal está a perder toda a credibilidade”, diz um geólogo que tem acompanhado todo o processo, que pediu o anonimato. “As oportunidades de investimento estão a esgotar-se; irão certamente para Espanha, onde já planeiam ter uma refinaria e uma fábrica de baterias.”

O Governo reformulou as áreas a leiloar, que são agora oito: serra de Arga, Barro/Alvão, Seixo/Vieira, Almendra, Barca de Alva/Canhão, Guarda, Segura e Maçoeira. As áreas de Boticas, Montalegre e Argemela não estão incluídas neste lote, por já estarem concessionadas ou terem avaliações ambientais em curso. Aí, há muito que o lítio domina as conversas e as preocupações.

### O segredo da Argemela

Na aldeia do Barco, aos pés da serra da Argemela, no limite entre os concelhos da Covilhã e do Fundão, os tesouros do subsolo fazem parte da mitologia: os antigos dizem que os mouros deixaram um templo de ouro enterrado no ventre da montanha. Todos os povos que se estabeleceram naquela bucólica margem do rio Zêzere – lusitanos, romanos ou árabes – encontraram nas rochas os materiais de que precisavam para desenvolver as suas comunidades: há cobre e estanho, volfrâmio e prata, ouro e rubídeo. As minas são tão familiares para os aldeões como a barca que assegurava a travessia do rio, inspiração do nome do burgo. Na aldeia,



há uma estátua de um vagão mineiro.

Assim, ninguém estranhou quando, em 2011, uma pequena empresa chamada PANNN, Consultores de Geociências Lda., formada por cinco geólogos (um deles consultor da exploração de volfrâmio que já existia na serra), entregou na DGEG um pedido de prospeção para 15 materiais, entre eles o lítio. No ano seguinte, a PANNN foi absorvida pela Almina Holding SA, a empresa detentora das Minas de Aljustrel, no Alentejo, formada pelas firmas de Humberto da Costa Leite (Vicaíma, ex-Finibanco), dos irmãos Carlos e Jorge Martins (Martifer e IM Mining) e pelo Banco Montepio, um triunvirato que se destacou na polémica OPA do Montepio sobre o Finibanco, em 2010. Costa Leite, Carlos Martins e Tomás Correia (ex-presidente do Montepio) chegaram a ser constituídos arguidos por suspeita de burla e insolvência dolosa na venda de terrenos em Coimbra, mas o tribunal não encontrou motivos para levar o caso a julgamento. A experiência e o fôlego financeiro da Almina imprimiram dinâmica ao projecto: foi investido mais de um milhão de euros na pesquisa.

“Quando começámos a analisar, fizemo-lo com base no estanho. Sabíamos que o lítio estava lá, mas desconhecíamos a sua importância”, assume Costa Leite. “Percebemos depois que era importante verificar o desenvolvimento do lítio em termos da cadeia de valor do metal e começámos a trabalhar com laboratórios estrangeiros para vermos o potencial que conseguíamos para o nosso lítio da Argemela”. As amostras de montebrasite foram estudadas num laboratório brasileiro para se apurar se tinham teor suficiente para serem transformadas em carbonato ou hidróxido de lítio, derivados com que são feitas as baterias. O resultado foi satisfatório:

exploração experimental, que incidia numa pequena área sem necessidade de realização de Estudo de Impacte Ambiental (EIA). A DGEG rejeitou. Assim, a empresa voltou a requerer a licença de exploração em Abril do ano passado, aguardando agora a celebração do contrato: “Está tudo pronto. Só lhe falta as assinaturas”, afirma, sorridente, Costa Leite. João Galamba confirma: “O processo da Argemela seguirá os trâmites estabelecidos e, salvo imprevistos, terá licença de exploração”.

Foi por esta altura que Maria do Carmo Mendes, de 43 anos, professora de História de Arte na Universidade da Beira Interior, decidiu regressar à sua terra natal depois de vários anos em Lisboa. Assim que tomou conhecimento do andamento dos trabalhos, a docente acorreu de imediato à DGEG e à Câmara da Covilhã em busca de mais informação. “Fiquei estarelecida porque a qualidade de vida da povoação ia ser afectada e recursos como o rio, fundamental para a agricultura que a maior parte da população ainda pratica, ia ficar em risco”, diz Maria do Carmo Mendes, sentada numa pedra diante das galerias da antiga Mina da Argemela. “A área total que pretendem para exploração são 403,71 hectares e a área da mina em si corresponde a 45,2 hectares, ou seja, 45 campos de futebol escavados em profundidade”.

No Barco, muitos partilham das preocupações de Maria do Carmo Mendes. E os traumas surgem à tona. No século XX, os homens e os meninos da zona garantiram o seu sustento através da mineração e prospecção de estanho na Argemela e do volfrâmio na vizinha Panasqueira. Centenas deles, com os pulmões dizimados pela inalação de sílica, encontraram também nas minas um fim precoce.

Luís conhece bem aquele cerro. Em miúdo, fez jornas de 20 escudos a cavar na mina; recorda-se do pó-de-mina matar colegas e dos peixes do rio contaminados. “Mas depois apareceu o tratamento das águas e as máquinas e ficou tudo muito melhor. Hoje já não há contaminações dessas”, afirma. “Mas preferia que a fizessem subterrânea para não andar aí pó no ar”. Há três ou quatro anos, no café, os seus amigos teimavam que o lítio vinha das nascentes de água, não nas rochas. “Eu sabia que estava misturado no minério, só podia ser”, diz. Traz no bolso várias pedrinhas da Argemela. A sua favorita é uma dourada, ou não flutuasse a Argemela num devaneio áureo em que todos juram conhecer alguém que comprou terrenos com uma pepita encontrada. Para alguns, o lítio representa o misterioso templo que os mouros esconderam dentro da montanha.

### Do Barroso para o mundo

Em 2002, uma noite silenciosa na aldeia transmontana de Covas do Barroso foi interrompida pelo som de uma rolha de cortiça a sair disparada de uma garrafa de Barca Velha. Os responsáveis da empresa Saibra - Areias e Caulinos, SA celebravam assim o descobrimento de seis milhões de toneladas de quartzo e feldspato, suficientes para o fornecimento da indústria de cerâmica e de vidro, sem poderem imaginar que estavam também a abrir caminho para a maior reserva de lítio da Europa Ocidental. Quatro anos depois, receberam permissão para explorar uma área de 120 hectares. Os moradores de Covas não manifestaram

particular desacordo: “A área era pequena, afastada da aldeia e acabaram por extrair tão pouco que não fomos importunados pelos ruídos e pelos camiões”, diz Aida Fernandes.

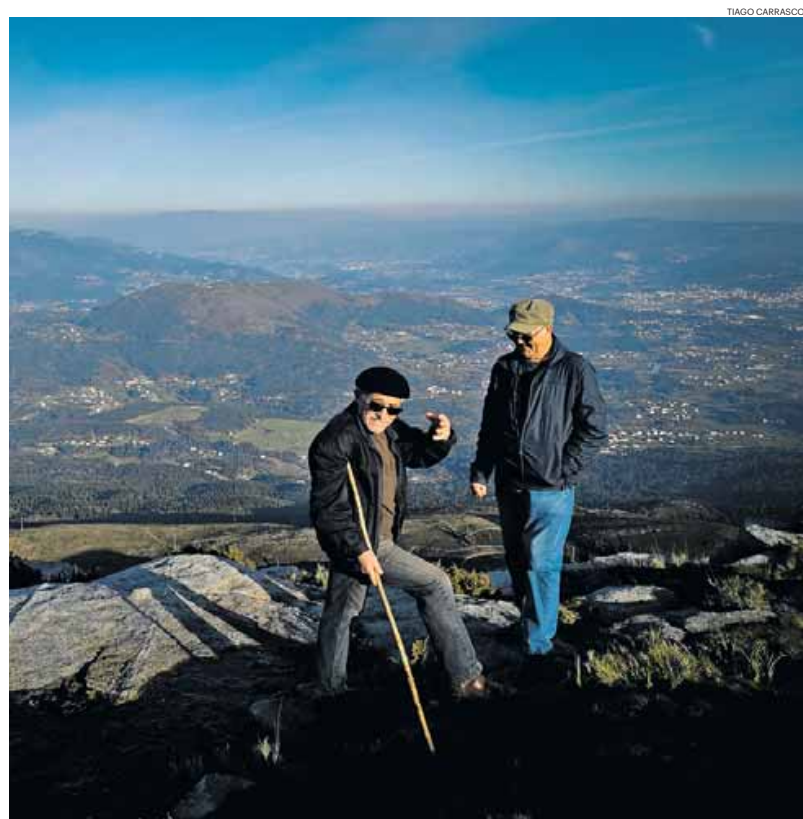
A Saibra alterou, em 2008, a sua denominação social para Imerys Ceramics Portugal SA. Já sob este nome foram feitas mais sondagens e o lítio foi adicionado ao quartzo e ao feldspato no contrato, em 2011. “O contrato foi modificado sem que a câmara municipal fosse tida em consideração”, diz, revoltado, Fernando Queiroga, presidente da Câmara de Boticas. No entanto, a DGEG, questionada pelo PÚBLICO, afirma que o aviso foi publicado em *Diário de República* e em três jornais locais e nacionais, como manda a lei.

A Imerys extraiu quantidades residuais de minério ao longo da sua vigência: a Junta de Baldios de Covas afirma que anos houve em que a empresa não lhes reportou a existência de qualquer actividade. A ter acontecido esta situação, poderia ter tornado ilegal o contrato, que obrigava a concessionária a extrair as quantidades descritas no Plano de Lavra (o relatório sobre a actividade operativa da mina que é essencial para a obtenção do licenciamento). A DGEG nega-se a mostrar os relatórios anuais da empresa, mas reitera que tudo foi realizado em conformidade: “Os dados estatísticos são confidenciais. Podemos, contudo, adiantar que a quantidade extraída pode ser inferior ao inicialmente previsto, desde que aceite pela DGEG com fundamento, designadamente, na reavaliação feita pela concessionária de recursos e reservas para o novo projecto de exploração. Mais se esclarece que a concessão esteve sempre em actividade, de acordo com os programas de trabalho aprovados, nos termos da lei e do contrato”. A empresa manteve na sua posse a licença e fez um pedido de adenda ao contrato, solicitando a extensão para 542 hectares, uma área quase cinco vezes maior do que a original. Resultado: aprovado.

Entretanto, a Europa tinha começado a falar de lítio e os preços do metal estavam em alta. Em 2017, a Imerys conseguiu o que queria: por quase 2 milhões de euros, vendeu a concessão da Mina do Barroso a uma *startup* anglo-australiana, a Slipstream Resources, que mais tarde assumiria a denominação de Savannah Lithium SA, subsidiária da Savannah Resources, uma empresa sediada em Londres e cotada em bolsa.

A Savannah começou as suas perfurações sem qualquer resistência. A administração dos baldios – terrenos usados e geridos comunitariamente para pastoreio, silvicultura e agricultura – autorizou os trabalhos nas plataformas e tanto a Câmara Municipal de Boticas como a associação ecologista local, a Celtiberus, viam benefícios no aparecimento do lítio. No entanto, o caso mudou de figura a meio de 2018. Os barrosões começaram a ver os tubos azuis – marcações de furos de sondagem – a brotarem como miscaros no vale e perceberam que a dimensão do projecto era muito maior do que as pedreiras a que estavam habituados.

“Ainda não tinha havido uma sessão de esclarecimento com a população quando comecei a encontrar na Internet os relatórios da empresa para os investidores, em inglês, que continham as verdadeiras ambições da Savannah”, diz Catarina Alves Scarrott, uma professora de Covas emigrada em Londres. “Queriam fazer várias minas a céu



NUNO FERREIRA SANTOS



“Com o conhecimento que temos, e tendo os dois metais, pensamos que o projecto tem uma boa viabilidade económica. Teria sempre de estanho, mas seria uma exploração muito mais pequena”, diz o CEO da Almina, que se mostra muito entusiasmado com o crescimento da indústria. “Os carros eléctricos vieram para ficar e nós, na Europa, temos de criar condições para sermos auto-suficientes na sua produção. Creio que a decisão da UE em criar um *cluster* de lítio é acertadíssima. Veremos se os governos europeus vão ser capazes de implementar essa estratégia; seria bom, porque estes recursos existem e, se não forem explorados, não terão valor nenhum.”

A PANNN solicitou a licença de exploração em 2017, alterando depois o seu pedido para

### Mineração à vista

No topo, à esq., funcionário da Savannah aponta para um dos locais onde poderá haver mineração de lítio em Covas do Barroso, Boticas; no topo, activistas do Movimento SOS Serra d'Arga, Caminha, uma das zonas que deverão entrar no leilão de concessões. Em cima, o secretário de Estado da Energia, João Galamba, e o ministro do Ambiente e da Transição Energética, Matos Fernandes, que têm liderado a aposta do Governo na exploração de lítio

aberto, a maior das quais com 600 metros de comprimento, 500 de largura e 150 de profundidade, queriam explorar mais de 20 milhões de toneladas de rocha e desfazê-la em pó à nossa porta”. Estava também prevista a expropriação de terrenos e a possibilidade, entretanto afastada, da deslocação forçada de alguns moradores cujas casas se encontravam junto ao perímetro de concessão.

A comunidade ficou zangada por não estar a par dos planos. De nada valeu aos britânicos a publicação regular de boletins informativos nem a contratação de uma habitante de Covas, Marta Fernandes, como oficial de relações com os habitantes: no início de 2019, já a maioria da população e o seu autarca se manifestavam contra. “Se houver uma abertura de mina, nós, que tanto temos apostado no turismo, na nossa gastronomia, nos produtos endógenos, vamos ver isso destruído. O turista não virá. E, se vier, vem uma vez para ver a desgraça e, ao passar a palavra, já não virá mais ninguém”, diz Queiroga.

Por esta altura, já a Savannah tinha em marcha a divulgação do projecto para a primeira mina de lítio da Europa (actualmente disputa essa possibilidade com uma mina na Finlândia). Repórteres de jornais e cadeias internacionais como o inglês *The Guardian*, a France 24 ou a alemã Deutsche Welle chegavam ao Barroso para noticiar a mina na vanguarda da nova indústria europeia. “Temos o maior depósito da Europa deste tipo de lítio. Os nossos planos são estar a funcionar em escala comercial integral nos fins de 2020 e com uma taxa de produção que possa fornecer cerca de 40% do que será a procura europeia em 2025. Irá alimentar entre 250 mil e 500 mil veículos eléctricos por ano”, dizia, em Junho de 2019, David Archer, CEO da Savannah, à cadeia sueca EFN. “Achamos que o Norte de Portugal se tornará na maior região produtora de lítio da Europa. Será mais ou menos como as jazidas de petróleo da Arábia Saudita. A versão europeia, pelo menos, na área dos veículos eléctricos”.

Os prazos previstos por Archer saíram furados. Em parte, devido aos atrasos do Governo e das entidades públicas, mas também por causa da crescente desaprovação dos residentes. A sessão de esclarecimento, em Agosto de 2019, acabou por provocar mais dúvidas do que elucidação. “Liderei um projecto de mina em Omã perto de uma aldeia, com características semelhantes a esta. Conhecendo a teimosia árabe, visitei todas as casas, uma a uma, com o objectivo de os convencer dos benefícios. Bebi chá e comi com eles, até garantir o seu apoio”, contava David Price, ex-responsável da empresa pela prospeção no Barroso, no rescaldo da sessão. “Aqui está a ser mais difícil.”

A empresa decidiu abrir um ponto de informação no centro da aldeia, junto à igreja e a um ringue de futebol adornado com faixas contra a mina. Infalível, todas as terças e quartas-feiras, a buzina frenética da carrinha do peixe é um chamariz para os moradores que confluem às ruas para abastecerem as despensas. É nesses dias, num horário pautado pelos ditames da desertificação, que a Savannah abre as portas do seu bastião. À porta, os boletins com o progresso do trabalho. No interior, mapas e plantas da mina do futuro, bem como reproduções em 3D de como será a vista para a corta. Sobre uma mesa, amostras

de pedras e frasinquinhos com concentrado de espodumena, feldspato, quartzo e mica, os minerais do subterrâneo xistoso. Há ainda produtos feitos à base de lítio: baterias, medicamentos e lubrificantes. No entanto, os moradores permanecem concentrados em redor da carrinha, a escolher sardínhas.

“Com esta iniciativa, vamos poder evitar a libertação de 100 milhões de toneladas de CO2 para a atmosfera, o que representa um quinto da produção de CO2 na Austrália, por exemplo. Acho que estamos do lado certo da História”, diz ao PÚBLICO David Archer. O líder da Savannah está convencido não apenas dos ganhos ambientais, mas também das vantagens económicas para Portugal e para Covas do Barroso, estimando receitas de 1,3 mil milhões de euros durante a actividade da mina.

Um estudo socioeconómico encomendado pela Savannah à Universidade do Minho antevê que a mina do Barroso vai criar 200 postos de trabalho directos e de 400 a 600 indirectos. Nelson Gomes, presidente da associação local contra a mina, está descrente: “Eu não acredito que os emigrantes regressem de França ou dos EUA para trabalharem numa mina”. “Para mais, primeiro diziam que iam criar 1000 postos de trabalho, depois 300, agora já são apenas 150. Para mim, é publicidade enganosa.”

Nenhuma promessa parece fazer mudar a opinião dos habitantes. Entre outras coisas, preocupa-os a expansão da actividade mineira, uma vez que a Savannah comprou por 3,25 milhões de euros uma concessão vizinha, propriedade da firma Aldeia & Irmãos, de forma a poder, no futuro, acrescentar aos seus 542 hectares (com reservas de 27 milhões de toneladas) mais três depósitos de lítio e 294 hectares aos seus terrenos de operação. Só um dos blocos conta com uma reserva estimada de 3,5 milhões de toneladas. Isto significa que mais de 25% da área geográfica de Covas ficaria entregue à mineração. “Deixaríamos de ser uma aldeia rural para sermos uma aldeia mineira. E ninguém quer essa mudança de identidade”, diz Nelson Gomes.

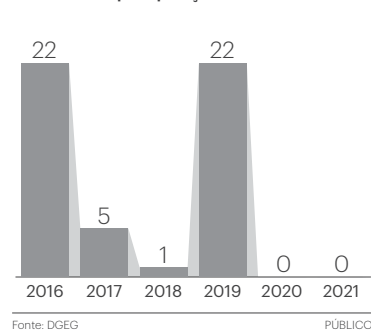
O ano de 2021 está a correr de feição à mineira inglesa. Em Janeiro, assinou um princípio de acordo com a Galp: a petrolífera portuguesa mostrou interesse em entrar no negócio do lítio, com a perspectiva de ficar com 10% do capital da Savannah, por 5,2 milhões de euros. O acordo abria ainda a possibilidade de os britânicos venderem à Galp, em regime de exclusividade, 100 mil toneladas por ano de concentrado de lítio, metade da produção anual prevista. As empresas, contudo, não acionaram o acordo antes do limite estabelecido e a 1 de Junho a Savannah anunciou que o contrato deixara de ter efeito. “Mas as negociações entre as duas empresas prosseguem”, garante a empresa inglesa. “O critério de exclusividade fez com que as duas empresas precisassem de repensar o acordo”. Em Abril, a APA anunciou a conformidade do EIA entregue pela firma, colocando-o em consulta pública até 16 de Julho. A concretização da mina está agora pendente da aprovação do EIA e da consequente obtenção do Título Único Ambiental (TUA).

Archer promete pôr em prática as melhores práticas de mineração. “Muitos dos impactos do desenvolvimento da nossa mina vão ser eliminados ou reduzidos ao ponto de não terem qualquer significado. Isto vai ter uma pegada ecológica reduzida”, diz. Em Covas, poucos acreditam. Temem

“

*Se a Europa desistir dos seus planos, ficamos com as calças na mão. Não temos é nenhuma indicação de que a Europa vá refrear estas apostas*  
João Galamba

Pedidos de prospeção de lítio



Fonte: DGE

PÚBLICO

pela contaminação dos solos, da água e do ar. A Savannah ainda tem na manga um programa de repartição de lucros pela população, mas as esperanças de consenso são diminutas: “Como é habitual, o dinheiro vai para longe e aqui ficam apenas os buracos”, diz Nelson Gomes.

O principal accionista da Savannah vem de longe – a Al Marjan Ltd. é um fundo de investimento com sede em Genebra, na Suíça, e registou *offshore* nas ilhas Caimão, na Governor’s Square, West Bay. A entrada de capital da Al Marjan na Savannah aconteceu em 2016, quando a empresa britânica ainda estava envolvida num projecto de exploração de cobre em Omã, o que justifica a origem dos dois representantes dos accionistas escolhidos para integrar o conselho de administração. Um deles, Maqbool Ali Sultan, foi ministro do Comércio e da Indústria de Omã durante 20 anos (1991-2011) e também presidente da Associação de Amizade Omã-Reino Unido. O outro, Imad Kamal Sultan, foi administrador do Banco Nacional de Omã e é actualmente vice-presidente da WJ Towell, uma das maiores empresas do sultanato, que se iniciou há mais de um século como uma companhia de navegação, mas que actua hoje nos sectores da construção, comércio e indústria automóvel.

### Tudo por um objectivo

“Se o plano não funcionar, muda o plano, mas nunca o objectivo.” Este lema, exibido numa moldura dourada no escritório da Lusorecursos, em Braga, adequa-se na perfeição ao percurso de Ricardo Pinheiro, o homem forte da empresa. O seu objectivo é abrir uma mina de lítio com um complexo industrial – avaliado em 500 milhões de euros – junto à aldeia de Morgade, concelho de Montalegre. Por várias vezes, o plano não correu bem. E, em todas elas, Pinheiro





## Recursos

Ao lado, David Price, responsável pela prospeção de lítio da Savannah; em baixo, Idalina, moradora de Vilarinho de Negrões; em baixo, à esq., a mesma localidade, onde se situa a Barragem do Alto Rabagão, onde a Lusorecursos pretende ir buscar água para a mina de Morgade; em baixo, à dir., caixas com amostras do solo de Covas do Barroso retiradas pela Savannah

conseguiu afastar sócios e adversários, dirimir escândalos, para manter viva a sua aspiração. “Estamos a trabalhar com os mais experientes parceiros internacionais e até já temos investimentos garantidos para que a Mina do Romano se torne numa referência mundial na exploração sustentável de lítio”, afirma o empresário, de 41 anos.

Tudo começou há mais de uma década, quando o geólogo Bruno Pereira e o então contabilista Ricardo Pinheiro encontraram, no monte situado entre as aldeias de Morgade, Carvalhais e Rebordelo, uma enorme fenda tapada pela vegetação, um vestígio daquilo que outrora tinha sido a Mina do Beça. O cientista, experiente no sector da cerâmica, entrou no buraco e percebeu imediatamente que aqueles filões tinham potencial. Fundaram a Lusorecursos, Lda com outros geólogos. Em 2011, entrou em cena António Marques, então presidente da Associação Industrial do Minho (AI Minho), onde Pinheiro também trabalhava, que avançou com um milhão de euros para criar a *holding* Lusorecursos SGPS, um grupo de prospeção mineira. Mas precisavam de muito mais dinheiro para as primeiras perfurações, destinadas a analisar as reservas existentes: assinaram então um acordo com os australianos da Dakota Minerals, que se passou a chamar Novo Lítio, para a fase de prospeção. Pouco depois, os

geólogos foram afastados da sociedade.

Os australianos fizeram 120 furos de sondagem ao longo de 20 quilómetros. O acordo entre a Lusorecursos e a Novo Lítio estabelecia contrapartidas financeiras dependendo das quantidades identificadas, sendo que a empresa portuguesa receberia, no limite, 1,1 milhões de euros, se os australianos descobrissem 15 milhões de toneladas. Ficaram-se pelos dez. Ainda assim, os floresteiros esperavam que a Lusorecursos lhes transferisse a licença de prospeção obtida em final de 2012. Tal nunca aconteceu. A Novo Lítio deu entrada a uma providência cautelar para impedir que Marques e Pinheiro ganhassem a concessão definitiva.

O conflito não se ficou pelos tribunais. As duas empresas digladiaram-se pelos valiosos terrenos: houve insultos e ameaças; a Novo Lítio contratou seguranças privados e a GNR passou a ser chamada ao local quase diariamente. “Um verdadeiro faroeste”, nas palavras do presidente da Câmara de Montalegre, Orlando Alves. O Governo, por seu lado, só considerava como seu interlocutor a Lusorecursos, com quem tinha assinado o contrato de revelação. Consequentemente, os australianos desistiram e tentaram a sua sorte na secretaria: acabaram por perder o processo até no Tribunal da Relação de Guimarães, mas sem que os juizes tenham avaliado a matéria de facto. O veredicto baseou-se em datas: quando o litígio chegou ao fim, a companhia bracarense já tinha pedido ao Estado, em Novembro de 2017, a atribuição da concessão para explorar a mina, pelo que seria inútil prosseguir os autos. “Foi uma vigarice, mas não pudemos fazer mais nada”, diz fonte da defesa da empresa australiana. Ricardo Pinheiro já se descartara dos geólogos e da Novo Lítio. O sócio António Marques seria o próximo.

A parceria desabou no Outono de

TIAGO CARRASCO



TIAGO CARRASCO



ADRIANO MIRANDA

2018. Em Novembro, o Ministério Público (MP) acusou a AI Minho de ter criado um esquema para o maior desvio de fundos comunitários de que há memória em Portugal: dez milhões de euros. António Marques foi acusado de 76 crimes, Ricardo Pinheiro de quatro. O caso ainda se encontra em julgamento.

Nessa fase, na iminência da assinatura do contrato para a exploração da Mina do Romano, Pinheiro afastou Marques com uma jogada de bastidores. Fazendo-se valer do seu cargo de gerente, encetou, alegadamente nas costas do sócio, uma série de alterações na estrutura societária da empresa que desembocaram na formação de uma sociedade anónima, a Lusorecursos SA, cujos associados passaram a ser Ricardo Pinheiro e José Torre da Silva, chefe da construtora Vilaplano. Depois, solicitou à DGEg que o contrato de exploração ficasse em nome desta nova empresa, e não da anterior, que tinha sido a concessionária da prospecção. Xequé-mate.

“Fui eu que trouxe o António Marques para a Lusorecursos”, justifica Pinheiro em conversa com o PÚBLICO. “Surgiu como um primeiro investidor, na primeira ronda. Mas neste tipo de projectos os investidores têm as suas limitações e, numa segunda ronda de investimento, era preciso mais capital. Se os investidores não têm capacidade para mais, têm de permitir a entrada de outros para não colocarem o projecto em risco”. António Marques, por seu lado, afirmou ter sido afastado da corrida ao lítio através de um “golpe palaciano”.

Havia, contudo, mais um obstáculo no caminho de Pinheiro rumo ao seu objectivo. A lei diz que a concessão de exploração de um recurso mineral deve ser atribuída à empresa titular do contrato de prospecção e pesquisa, mas, neste caso, Pinheiro não o podia fazer, porque a pesquisa tinha sido entregue à Lusorecursos Lda, que partilhava com Marques. Então, segundo a investigação do programa *Sexta às 9*, da RTP, tratou de fazer um requerimento para que a DGEg transferisse a concessão para uma nova empresa a criar no seio da Lusorecursos SA, uma possibilidade permitida por lei. A 13 de Novembro de 2018, a DGEg emitiu um



parecer em que dizia claramente que a concessão dos direitos de exploração deveria ser feita em nome da Lusorecursos Portugal Lithium SA. Mas como é que a direcção-geral podia saber o nome da nova companhia se este não tinha sido comunicado em lado nenhum? Um mistério ainda por resolver (mesmo Pinheiro não consegue precisar como é que essa informação chegou à DGEg antecipadamente), pois somente 11 dias depois, a 22 de Novembro, é que este nome surgiu pela primeira vez num *email* de Pinheiro para aquele organismo. Mais: a candidata à concessão de um depósito avaliado em centenas de milhões de euros foi apresentada, de acordo com a mesma investigação, com um número de contribuinte provisório.

Mesmo assim, os directores da entidade que regula as minas em Portugal emitiram, a 16 de Janeiro de 2019, um parecer positivo à celebração do contrato, ainda que no documento, a que o PÚBLICO teve acesso, tenham voltado a referir como beneficiária a Lusorecursos Lda., a tal empresa de Pinheiro com Marques que tinha tido a licença de prospecção – ou seja, uma tralhalhada burocrática.

A Lusorecursos Portugal Lithium, com capital social de apenas 50 mil euros, só viria a ser oficialmente constituída três dias antes da assinatura do contrato com o Estado. “O objectivo da Lusorecursos é ter várias áreas de concessão no país e, para tal, precisamos de fazer vários pedidos à DGEg. Em termos de estratégia empresarial, entendemos que cada pedido deveria ter uma empresa diferente, que também ajuda em termos de financiamento, porque um investidor pode querer investir na Mina do Romano, mas não na serra de Arga ou noutra sítio qualquer. Assim, criou-se uma nova empresa à última hora só para explorar aquela mina, para que o financiamento angariado seja só para ela e não para outras áreas com pedidos em curso”, explica Pinheiro.

A 27 de Março de 2019, na véspera da assinatura do contrato, Marques lançou a sua última cartada: enviou o seu representante, o advogado José Pedro Gomes, juntamente com o ex-presidente da Câmara do Porto Nuno Cardoso, e o presidente de Montalegre, Orlando Alves, para uma audiência no MAAC com João Galamba e com o ministro João Matos Fernandes. Missão: alertar o Governo para



irregularidades no processo e pedir a suspensão da celebração do contrato. À porta do Ministério, Pinheiro tinha um representante escondido, qual filme de espões, para confirmar o encontro.

A tutela rejeitou o pedido dos contestatários: nem o diferendo entre Marques e Pinheiro, nem o facto de ambos estarem acusados de crimes de desvio de fundos, nem tão-pouco a juventude e o parco capital social da empresa impediram a viabilidade do acordo. “O Governo segue os pareceres técnicos da DGEg e estaríamos a cometer uma infracção, sim, se negássemos a uma empresa direitos de exploração que lhe são garantidos pela lei”, diz Galamba ao PÚBLICO. “E também não podíamos suspender algo a que esta empresa tem direito porque o seu dono pode, eventualmente, vir a ser condenado por um processo. Não nos cabe a nós antecipar sentenças.”

O contrato foi assinado no dia seguinte, conferindo à companhia minhotá direitos de exploração por 20 anos (prorrogáveis por mais 15) numa área de 852 hectares, com uma reserva potencial de 30 milhões de toneladas de lítio em petalite, condicionados

## As mutações da Lusorecursos

2010

- Ricardo Pinheiro e a Sinergeo (empresa de geologia onde se destacava o geólogo Bruno Pereira) criam a Lusorecursos Lda



Ricardo Pinheiro



Bruno Pereira

2011

- Ricardo Pinheiro e a Sinergeo juntam-se a António Marques (chefe de Pinheiro na Associação Industrial do Minho)

- Marques entra com um milhão de euros e é criada a holding Lusorecursos SGPS

- A Sinergeo é afastada e recorre aos tribunais

2012

- A Lusorecursos Lda ganha a licença de prospecção da Mina do Romano



2015

- Ricardo Pinheiro e António Marques fazem um acordo com a Dakota Minerals (posteriormente Novo Lítio) para as primeiras perfurações

- A Lusorecursos não aceita acordo e a Novo Lítio perde nos tribunais

- Os australianos da Novo Lítio saem do projecto

2017

- Ricardo Pinheiro e António Marques requerem licença de exploração à DGEg em nome da Lusorecursos Lda



António Marques



à aprovação de EIA. Marques correu para os tribunais: juntamente com os geólogos da Sinergeo, interpôs um processo contra Ricardo Pinheiro (e outros privados) e outro contra o Estado. A defesa do ex-presidente da AI Minho afirma que o primeiro despacho do Juízo Central Cível de Braga, no processo contra o Estado, é “demolidor contra a forma como se celebrou o contacto”. “O processo vai ficar amarrado com estas acções judiciais”, afirmam. Pinheiro diz não ter encontrado nada de “demolidor” e não temer qualquer processo judicial.

Como se não houvesse já controvérsias suficientes, apurou-se que o ex-secretário de Estado para a Internacionalização Jorge Costa Oliveira, afastado pelo envolvimento no caso *Galpate* – as viagens pagas pela Galp a governantes para assistirem a partidas do Euro 2016, em França – tinha assumido funções de consultor de investimento da Lusorecursos três meses antes da oficialização do contrato. Costa Oliveira, amigo de António Costa, negou publicamente qualquer pressão sobre o Governo a que tinha pertencido, sublinhando estar na Lusorecursos apenas para aproveitar a sua experiência de forma a

### À volta do lítio

À esq., Ricardo Pinheiro, da Lusorecursos, é identificado pela GNR, em 20 de Setembro de 2017, em Montalegre, por causa de um diferendo com a Novo Lítio. Ao lado, escombreira das minas da Panasqueira, perto da serra da Argemela, onde a empresa Almina pretende minerar lítio. Maria do Carmo Mendes (em cima), vizinha dessa serra, é uma das contestatárias do projecto

garantir financiamento no Extremo Oriente. O Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) abriu uma investigação para apurar se houve favorecimento à Lusorecursos.

O ruído provocado pela investigação do programa *Sexta às 9*, da RTP, que incidiu sobre os termos do contrato, acordou a população de Morgade, até então alheada da guerra do lítio. Apenas em Abril de 2019 é que a empresa prestou uma sessão de esclarecimento à população: o balanço foi

desastroso. “Criaram logo muita suspeição nas pessoas”, diz Armando Pinto, professor de Educação Física e líder do movimento antimina Montalegre Com Vida. “Nunca foram consistentes. Numa fase inicial, seria uma mina a céu aberto; depois, já era uma mina mista; primeiro, diziam que ia cortar o cabeço da serra até à cota das aldeias; agora já vieram dizer que não, que vão cortar até à cota de 920 metros e depois será uma mina mista em galerias. Nem sequer sabiam o que queriam fazer”.

Desde então, os funcionários da empresa não podem passar pela aldeia de Morgade, por receio de represálias. Da primeira vez que a empresa levou o jornalista do PÚBLICO à zona de concessão, teve de usar estradas secundárias para evitar as povoações circundantes. Na serra erna, os furos de pesquisa estavam já tapados pelo mato que, lentamente, ia também consumindo as casas deixadas pelos antigos trabalhadores da Mina do Beça.

Dois anos volvidos, em Março de 2021, Ricardo Pinheiro mostra-se confiante na sede da Lusorecursos, em Braga: “O EIA está em curso e teremos novidades em meados deste ano”. A imagem 3D da futura mina e

do parque industrial, exposta na parede, mostra uma harmoniosa zona verde, bastante diferente dos esteiros poeirentos que figuram no imaginário de uma mina, enquanto o projecto exhibe esquemas sobre os futuros túneis e a logística associada ao ambicioso projecto. Na cave, há amostras de petalite, empilhadas e catalogadas. O líder da Lusorecursos disserta sobre os projectos de sustentabilidade ambiental e social que tem em curso com a Câmara de Montalegre.

Pinheiro está a apostar numa mina total, ou seja, um complexo que vai muito para além da extracção, previsto para funcionar à superfície nos primeiros dois anos e em galerias subterrâneas – uma raridade no sector – durante o resto da actividade. O minhoto afirma que foi forçado a fazê-lo devido à grande quantidade de túneis existentes no interior da montanha, resultantes de escavações do passado. “Esta unidade industrial irá fazer o concentrado de lítio que passa então para a refinaria, onde irá produzir o hidróxido”, diz. “Mas também há um produto secundário, que é o feldspato, o quartzo e outras argilas, que irão alimentar uma fábrica de cerâmica para revestimento, de grandes dimensões. Será alimentado energeticamente por uma central de biomassa, uma central fotovoltaica e estamos a estudar a possibilidade de uma central de hidrogénio verde. Para completar o ciclo, também está programado o processo de reciclagem de baterias”.

A concretizar-se, a unidade de Montalegre seria das mais completas do mundo. Mas, semanas depois, o objectivo de Pinheiro iria sofrer novo revés: o ministro João Matos Fernandes afirmou ao *site* Político que “a possibilidade de ter uma mina de lítio em Montalegre é pouco provável”, acusando a Lusorecursos de “falta de profissionalismo”. Pinheiro, furioso, foi novamente obrigado a mudar de plano.

**A série de reportagens *A febre do petróleo branco* tem o apoio da Bolsa de Investigação Jornalística da Fundação Calouste Gulbenkian**

**No próximo domingo: *Nem um furo***

## 2018

- António Marques e Ricardo Pinheiro são constituídos arguidos num alegado desvio de fundos da Associação Industrial do Minho (AIM). Marques é indiciado pela prática de 76 crimes, Pinheiro por quatro

- Através de uma série de alterações na estrutura societária da empresa, Pinheiro forma uma sociedade anónima, a Lusorecursos S.A., que passa a ter como sócios Ricardo Pinheiro e José Torre da Silva, chefe da construtora Vilaplano

- António Marques é afastado e recorre aos tribunais

- Ricardo Pinheiro solicita à DGEG a atribuição da exploração em nome da Lusorecursos Portugal Lithium S.A., uma empresa no seio da Lusorecursos S.A. (com Torre da Silva) e não da Lusorecursos Lda., que geria com Marques e que tinha a licença de prospecção

## 2019

- António Marques tenta impedir assinatura do contrato enviando representantes para alertar o Ministério do Ambiente de eventuais irregularidades no processo. O Governo rejeita

- Lusorecursos Portugal Lithium S.A. (Pinheiro e Torre da Silva) assina com o Estado o contrato de exploração da Mina do Romano

## 2020

- Lusorecursos apresenta à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) o primeiro Estudo de Impacte Ambiental, mas este é devolvido por várias falhas

## 2021

- O Ministro do Ambiente João Matos Fernandes diz que a exploração da Mina do Romano é pouco provável e acusa a Lusorecursos de “falta de profissionalismo”

- Pinheiro critica o ministro por falar pela APA, uma entidade supostamente independente



# Público P2



## Lítio, a febre do petróleo branco A chegada das picaretas

P10 a 17

ADRIANO MIRANDA



*The Death and Life of Great American Cities* inspirou um movimento de humanização do urbanismo, do qual Pontevedra, Galiza, é um bom exemplo

# Jane Jacobs Um livro com 60 anos para salvar as ruas de hoje

P04 a 09